

O novo ensino médio na rede estadual de educação do estado do RS e suas relações com o mundo do trabalho

Marcus Minervini Fuchs

Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Vicente Cabreira Calheiros

Doutor em Educação e Professor da Universidade Federal do Tocantins (UFT)

DOI: 10.47573/aya.5379.2.79.9

RESUMO

A lei nacional nº13.415/2017 vem fundamentando o ensino médio nacional juntamente com a Base Nacional Comum Curricular. Os Estados vêm acompanhando essas mudanças, bem como a educação do Estado do Rio Grande do Sul. Concomitante, o mundo do trabalho apresenta novas características com o capitalismo das plataformas digitais que intensifica a exploração do trabalho com retirada de direitos trabalhistas e sociais, apresentando demandas de alta adaptabilidade aos trabalhadores. A educação, no decorrer da história, vem, hegemonicamente, servindo para formar força de trabalho necessária às constantes mudanças do capital. Sendo assim, este estudo objetivou responder a seguinte questão: Qual a relação da reforma do novo ensino médio da rede estadual de educação do Estado do RS com a atual conjuntura do mundo do trabalho? Para isso, realizou-se uma pesquisa documental focando no Referencial Curricular do Ensino Médio do RS, na portaria nº 350/2021, RS, no Ofício GAB/DP/SEDUC Nº 35/2022, RS, de 2022 e em reportagens que ajudaram na compreensão do processo de implementação dessas políticas. Como conclusão do estudo, compreendeu-se que essa reforma do ensino médio gaúcho visou produzir conhecimentos e organizou a estrutura curricular para a formação de uma força de trabalho que tenha características flexíveis, polivalente e altamente adaptável às constantes mudanças do capital. Bem como, possibilita a intensificação do trabalho pedagógico dos professores.

Palavras-chave: mundo do trabalho. novo ensino médio. educação. trabalho pedagógico.

ABSTRACT

The national law nº 13.415/2017 has been founding the national high school together with the National Curricular Common Base. States have been following these changes, as well as education in the State of Rio Grande do Sul. Concomitantly, the world of work presents new characteristics with the capitalism of digital platforms that intensifies the exploitation of work with the withdrawal of labor and social rights, presenting demands of high adaptability to workers. Education, throughout history, has hegemonically served to form the workforce necessary for the constant changes of capital. Therefore, this study aimed to answer the following question: What is the connection between the reform of the new high school in the state education network in the state of RS and the current conjuncture of the world of work? For this, a documental research was carried out focusing on the Curriculum Reference of High School in RS, in the ordinance nº 350/2021, RS, in the Official Letter GAB/DP/SEDUC Nº 35/2022, RS, of 2022 and in reports that helped in the understanding of the implementation process of these policies. As a conclusion of the study, it was understood that this reform of the high school in Rio Grande do Sul aimed to produce knowledge and organized the curricular structure for the formation of a workforce that has flexible, versatile and highly adaptable characteristics to the constant changes of capital. It also makes it possible to intensify the pedagogical work of teachers.

Keywords: world of work. new high school. Education. pedagogical work.

INTRODUÇÃO

A humanidade produziu sua existência a partir de uma relação diferenciada com a natureza mediada pelo trabalho. Transformava seu meio para atender suas necessidades de sobrevivência, ao mesmo tempo que acabava por transformar sua própria natureza (ENGELS, 2004). Isto ocasionou o desenvolvimento de características diferentes de outros animais.

Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, - braços e pernas, cabeças e mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. [...] Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador (MARX, 2008, p. 211 e 212).

Neste caso, o ser humano necessita passar por um processo, desde seu nascimento, de humanização. O ser social é produzido pelo trabalho havendo, inicialmente, uma relação intrínseca com a educação (SAVIANI, 2007). Portanto, compreender as movimentações e mudanças no mundo do trabalho (mundo dos seres humanos) é central para o entendimento da educação e ensino em cada conjuntura histórica, inclusive a contemporânea. Cada forma de organização social e produtiva do trabalho produziu diferentes educações visando a formação de trabalhadores com características específicas para cada demanda capitalista. Por isso, Antunes e Pinto (2018) desenvolveram a metáfora da “Fábrica da Educação”, por entenderem que esta esfera social está imbricada à produção de força de trabalho às demandas produtivas e reprodutivas do sistema do capital.

Para garantir esta lógica, há a mediação do Estado para formulação e implementação de políticas públicas, na especificidade de interesse deste estudo as educacionais, que adaptam os diversos setores da sociedade para cada mudança do mundo do trabalho. Atualmente, o que está balizando a educação Brasileira, está centrado principalmente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e o ensino médio (EM) pela Reforma do EM (lei nº13.415/2017), aprovada pelo governo federal de Michel Temer. E estas políticas influenciaram e balizaram as reformas educacionais por todo o território nacional.

No Estado do Rio Grande do Sul, esta tendência foi executada por inúmeras reformas pelo Governo de Eduardo Leite, dentre elas a implementação do novo EM Gaúcho. A partir desta realidade, este estudo objetivou responder a seguinte questão: **Qual a relação da reforma do novo ensino médio da rede estadual de educação do Estado do RS com a atual conjuntura do mundo do trabalho?**

Para a execução deste estudo, como metodologia foi utilizada a técnica de análise documental. Esta se caracteriza por fazer levantamento de documentos, estudá-los com vistas à produção de dados “organizando-os e interpretando-os segundo os objetivos da investigação proposta” (PIMENTEL, 2001, p.180). A partir disso, objetiva aproximar os objetos estudados contextualizando historicamente, socialmente, culturalmente, contemplando o estudo com elementos dos dados que só se produzem a partir desta técnica (CECHINEL, *et al.*, 2016). Para tanto, foi selecionado os seguintes documentos oficiais do atual Governo do Estado do RS: o 1- Referencial Curricular do Ensino Médio do RS; 2- Portaria nº 350/2021; 3- Ofício GAB/DP/SE-

DUC Nº 35/2022, RS, 2022; 4- além de reportagens que ajudaram na compreensão do processo de implementação dessas políticas.

DESENVOLVIMENTO

Para Antunes e Pinto (2018), a educação na sociedade do capital se adaptou às diferentes demandas de organização do trabalho. Como o Taylorismo/Fordismo, no início do século XX, caracterizado por uma produção em massa, com estoques, trabalhadores altamente especializados, a educação foi estruturada para que o meio escolar realizasse um trabalho pedagógico que formasse a força de trabalho que se adaptasse às demandas produtivas e reprodutivas do capital (ANTUNES e PINTO, 2018). Até nos tempos de Toyotismo, a partir da década de 1970, com a implementação de trabalho morto (maquinário, tecnologias, etc.) e uso de menos trabalhadores flexíveis e polivalentes, para ampliar a produção e taxa de lucro, a educação também se voltou à formação desta força de trabalho em específico (ANTUNES e PINTO, 2018).

A partir da década de 1970 o sistema metabólico e social do capital entra em uma crise estrutural (MÉSZÁROS, 2011). Esta, com a insuficiência do sistema Taylorista/Fordista para o capital, se caracteriza, segundo Carvalho (2009) pela produção, consumo e circulação/distribuição entrarem em desarmonia, que, para Mézáros (2011) são as três dimensões fundamentais do capital. E isto ativou os limites absolutos produzindo e concretizando o desemprego crônico, a impossibilidade de igualdade real entre os seres humanos, eliminação das condições da reprodução sociometabólica e contradição cada vez mais acirrada entre Estados nacionais e expansão transnacional do capital. Elementos antagônicos que se acirram e se aprofundam. Elevando novas demandas à organização do trabalho no capital para continuidade de produção. E esta realidade foi se aprofundando, na qual nos dias atuais criou uma realidade que possibilita condições de trabalho cada vez mais precárias.

Antunes (2018) caracteriza a atualidade do sistema social como capitalismo de plataforma, em referência às plataformas digitais como Uber, Ifood, dentre outras, como protoforma do capitalismo industrializado (aquele do início da industrialização com vastas jornadas de trabalho e sem direitos trabalhistas garantidos). Isso se dá pelo investimento nas tecnologias de informação e comunicação que são utilizadas para criar plataformas que vinculam o trabalhador à condições sem direitos garantidos, muito menos vínculo empregatício. Elevando as jornadas de trabalho e intensificando o mesmo.

Assim, a resultante desta complexa combinação entre avanço informacional e expansão das plataformas digitais, em plena era de hegemonia do capital financeiro, pode ser assim sintetizada: labor diário frequentemente superior a 8, 10, 12, 14 hs ou mais, especialmente nos países periféricos; remuneração salarial em constante retração, apesar do aumento da carga de trabalho (traço este que vem se agudizando na pandemia); extinção unilateral dos contratos pelas plataformas, sem apresentar maiores explicações, dentre tantos outros elementos. E além dessa intensa exploração se soma também uma forte espoliação, presente quando os/as trabalhadores/as arcam com as despesas de compra (financiada) dos veículos, motos, carros, celulares e suas respectivas manutenções, dentre outros equipamentos de trabalho, como as mochilas etc. [...] em plena era do capitalismo de plataforma, plasmado por relações sociais presentes no sistema de metabolismo antissocial do capital, ampliam-se globalmente modalidades pretéritas de superexploração do trabalho que haviam sido obstadas pela luta operária desde as primeiras lutas e confrontações nos inícios da Revolução Industrial (ANTUNES, 2020, s/p. grifo do autor).

Esta realidade de alto desemprego, impossibilidade de real igualdade, destruição das

forças produtivas, retirada de direitos trabalhistas, não garantia de direitos sociais (que foram precarizados ou privatizados), os sujeitos que necessitam do trabalho para sobreviver encontram desprovidas condições para suas demandas cotidianas. E, neste caso, ganha -se peso o discurso do empreendedorismo, altamente ideológico que inculca nos trabalhadores a ideia de serem patrões de si mesmos voltando a ideia de que a prosperidade é um ato que depende apenas do indivíduo (ANTUNES, 2019). Assim, surge o empreendedorismo como ideia que o trabalhador pega o pouco que tem e investe em algo para poder trabalhar.

Portanto, uma educação que vise formar trabalhadores, flexíveis, polivalente, altamente adaptáveis as demandas mutáveis do capital e com a “alma empreendedora” torna-se necessária. No Brasil, para a educação básica, e mais em específico ao EM o que baliza a educação é a BNCC e a Reforma do Ensino médio. Estas duas políticas combinadas, para Taffarel e Beltrão (2019), acabam por adaptar a educação para a lógica da destruição das forças produtivas do atual contexto capitalista. Isso se dá por prever a redução da formação básica comum (pois foca o ensino obrigatório em língua portuguesa e matemática, tendo os outros componentes curriculares como flexíveis), estreitamento dos currículos, flexibilização da oferta de ensino (à distância e híbrido), especialização precoce com a implementação de itinerários escolares diversos (TAF-FAREL e BELTRÃO, 2019).

Para além disso, assume um caráter empresarial, pois segundo Tarlau e Moeller (2020) teve sua produção e aprovação pressionada por fundações e empresas privadas, dentre elas a Fundação do empresário Lemann. Este conhecido por implementar o viés empreendedor em suas empresas, com meritocracias, dentre outras características que casam com o atual contexto do capital (TARLAU e MOELLER, 2020). Tanto que, a BNCC visa que a escola possibilite um ambiente para proporcionar uma “cultura favorável ao desenvolvimento de atitudes, capacidades e valores que promovam o empreendedorismo” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, p. 466, 2018).

Estas políticas vêm influenciando o cenário nacional. Bem como há uma tendência nas políticas estaduais também seguirem este rumo, pois é o que está dando diretrizes à educação do país. O Estado do RS seguiu esta tendência com as políticas do Governo de Eduardo Leite que iniciou no ano de 2019. Já no primeiro ano de mandato, foram escolhidas 264 escolas piloto para a implementação do novo ensino médio. O documento que orienta e fundamenta este nível de ensino nas escolas estaduais do RS é o referencial curricular gaúcho do EM. Este, balizado pela BNCC e reforma do EM nacional.

Neste caso, os eixos estruturantes dessas políticas são o foco central da reforma gaúcha, que são o empreendedorismo, processos criativos, investigação científica, mediação e intervenção cultural que são “pilares que a sociedade necessita, além do exercício da cidadania e do progresso de diversas habilidades na resolução de demandas ocupacionais” (RIO GRANDE DO SUL, 2021, p.86). Ou seja, como será explanado ao decorrer do texto, a partir desse discurso apresentado no texto do documento, fortalecem a lógica vigente voltada à cidadania da sociedade vigente para às demandas de trabalho. Inclusive o termo “empreendedorismo” aparece quarenta vezes no documento do referencial curricular gaúcho, o que demonstra o peso a esse discurso ideológico na política ao novo EM gaúcho.

Além disso, com a pandemia da COVID-19, no ano de 2020, iniciou-se a implementação do ensino remoto em parceria com a empresa Google For Education¹. Apresentando uma caracte-

¹ Fonte: <https://grupoahora.net.br/conteudos/2020/06/08/rs-e-google-apresentam-parceria-para-aulas-remotas/>. Acesso em 11 de maio de 2022.

terística e investimento em tecnologias da informação e comunicação pela Secretaria Estadual da Educação para o ensino gaúcho.

Mas é no final do ano de 2021, mais precisamente no dia 30 de dezembro, que é homologada a portaria nº350/2021 que modifica a matriz curricular da educação básica da rede estadual iniciando a implementação do novo ensino médio. Como este baseia-se na BNCC e na reforma do EM nacional, ampliou carga horária de língua portuguesa e matemática, diminuiu nas outras disciplinas e implementou os itinerários formativos.

O EM, é organizado em dois blocos² por esta reforma. O primeiro é a formação geral básica com componentes curriculares divididos nas 4 áreas do conhecimento. Neste bloco, disciplinas como artes e educação física tiveram um déficit total de 4h/aula semanais, literatura 1h/aula semanal, excetuando língua portuguesa e matemática que ganharam 2h/aula semanais, o restante dos componentes curriculares perderam 2h/aula. O que demonstra um esvaziamento da formação geral comum básica como previsto por Taffarel e Beltrão (2019). No segundo bloco estão os chamados “itinerários formativos” no qual são ofertados 4 componentes curriculares novos e obrigatórios, e outros de aprofundamento que foram escolhidos pelas comunidades escolares em consulta pública do dia 22 de março à 11 de abril de 2022. Estes itinerários só serão ofertados a partir de 2023 para os estudantes da rede.

Os 4 componentes curriculares novos e suas respectivas cargas horárias são: 1- Projeto de vida, com 2 horas aulas semanais por ano; 2- Mundo do trabalho, com carga horário de 2 aulas semanais no primeiro ano; 3- Cultura e tecnologias digitais, também com 2 horas aula por semana no primeiro ano; 4- E iniciação científica, com duas horas aulas semanais no segundo e terceiro ano. O aprofundamento curricular terá os componentes curriculares da área de aprofundamento com 8 horas aula semanais no segundo ano e quatorze no terceiro. Haverá oferta de eletivas também, que não há previsão de carga horária, mas que as escolas estabelecerão critérios de ofertas.

Portanto, a organização da matriz curricular possibilita uma adaptação dos professores às características produtivas do capital. Como houve um corte drástico na carga horária dos componentes curriculares, abre possibilidade dos docentes se adaptarem constantemente a essas mudanças, assumindo disciplinas que não são de sua formação específica ou trabalhando em mais de uma escola. Isto pode intensificar o trabalho com o aumento de turmas e alunos dentro de uma mesma jornada de trabalho, além de maior número de atividades em suas horas atividades. Isso está garantido, pois nas ementas dos componentes curriculares dos itinerários formativos³, apesar de haver perfil de professores para ministra-las, não há obrigatoriedade de seguir estes perfis.

Já para os estudantes, além de se adaptarem a essa estrutura escolar que reproduz a forma produtiva atual do capital de plataforma altamente flexível, estes componentes curriculares traçam um perfil do egresso. No componente curricular de cultura e tecnologias digitais prevê o seguinte:

2 Apesar dos ensinos médios diurno e noturno estarem com a mesma organização, prevê-se que o noturno pode ter parte de sua carga horária à distância, assumindo uma forma híbrida de ensino.

3 Estas ementas constam no Ofício GAB/DP/SEDUC Nº 35/2022, RS, 2022. Porém o componente curricular de iniciação científica não possui ementa específica neste documento, e não foi possível o acesso.

O componente curricular de Cultura e Tecnologias Digitais aborda os diversos sentidos e conceitos de tecnologia, seus contextos, implicações e impactos no mundo cotidiano, bem como, as potencialidades e perspectivas de qualificação social da vida humana. A potencialização das habilidades para pesquisa utilizando recursos tecnológicos, a facilidade da produção e o incentivo à autoria, são facilidades que advém com a cultura digital que viabiliza a comunicação e veiculação de ideias e reflexões. O compromisso social e a responsabilidade com as informações, o uso, manuseio e finalidades das tecnologias digitais são aprendizados potentes para o encaminhamento da sociedade do futuro, a aprofundamento das relações humanas, a formação integral e instituição de comportamentos responsáveis consigo próprio, com os demais indivíduos e com o mundo. A partir das escolhas realizadas pelos jovens estudantes, inúmeras possibilidades e empecilhos se materializam a partir dos modos, meios e fins que a cultura digital pode assumir. Nesse contexto, conforme preconiza a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), a Cultura Digital consiste em uma das 10 competências essenciais a serem desenvolvidas nos estudantes frente ao mundo do trabalho contemporâneo, no qual o uso das tecnologias digitais faz parte indissociável do seu dia a dia. Pensar crítica e reflexivamente as circunstâncias desencadeadas com o advento das tecnologias digitais e a instituição de uma cultura digital como ferramenta cultural, o que implica uma práxis interdisciplinar que permeie as áreas do conhecimento da Formação Geral Básica (RIO GRANDE DO SUL, 2022, s/p.).

Pode-se constatar, então, que esta ementa visa o domínio das tecnologias de informação e comunicação para potencializar habilidades para pesquisa, produção de autoria própria. Ou seja, que adentram no contexto da educação voltada ao indivíduo como responsável tanto pelo sucesso quanto pelo insucesso de suas ações, sem considerar o contexto e as relações sociais a partir de um modo de produção que as permeiam. A produção da cultura digital, não seria um problema em si, se os meios de produção não fossem apropriados pela classe dominante que visa a busca incessante por lucro a partir da exploração do trabalho. Portanto, o contexto dessa ementa fortalece os laços de exploração contidos na sociedade do capital.

Já o primeiro parágrafo da ementa do componente curricular de Mundo do Trabalho é a seguinte:

O século XXI apresenta marcas da complexidade social, cultural, científica e tecnológica, em permanente e rápida evolução, exigindo capacidade crítica e percepção aguçada para entender as reais possibilidades e condições de inserção na sociedade, no mundo do trabalho e da produção. A educação pode auxiliar as juventudes no discernimento acerca das escolhas profissionais, despertar para alternativas de trabalho e as diversas possibilidades que possam ser objeto de criação, de ação protagonista e criativa e, também, do posicionar-se com perspectivas de realização e participação na dinâmica socioeconômica. Refletir acerca dos desafios e das possibilidades das juventudes para o mundo do trabalho no século XXI e pensar as perspectivas para inovar, empreender e potencializar intervenções, protagonismos, na sociedade contemporânea, constituem horizontes para uma ação educativa-empreendedora (RIO GRANDE DO SUL, 2022, s/p.).

Quando a ementa fala em uma sociedade em permanente e rápida evolução e que isto exige capacidade crítica e percepção aguçada para compreender as condições de inserção nesta sociedade, não visa uma formação superadora das condições vigentes. Pelo contrário, objetiva-se a rápida adaptação dos sujeitos às demandas do capital. Como argumentado anteriormente, a crise estrutural do capital impõe adaptações e mudanças mais constantes, as crises cíclicas tornam-se mais consecutivas (MÉZÁROS, 2011). Isso obriga com que as forças de trabalho tenham flexibilidade suficiente para se adequarem rapidamente a essas modificações do capital. E por isso, esta ementa objetiva essa adaptabilidade dos sujeitos às demandas recorrentes do sistema metabólico e social do capital dentro da ideologia de uma educação empreendedora.

O segundo parágrafo da ementa deste componente curricular afirma o seguinte:

O componente Mundo do Trabalho tem o objetivo de suscitar discussões acerca da formação dos estudantes no que se refere à inserção social através do trabalho e renda. O Ensino Médio tem o compromisso de orientar os jovens estudantes nas definições do seu futuro pessoal e profissional, visando ao sucesso do seu projeto de vida. Atitudes e comportamentos saudáveis e éticos são importantes para projetar cenários favoráveis à inserção no mundo do trabalho, do aperfeiçoamento da formação pessoal, técnica e/ou universitária. Desse modo, estudar as diferentes modalidades e cursos que habilitam profissões, pesquisar vocações econômicas e campos de atuação profissional, conhecer as demandas de qualificação e de trabalho em diferentes escalas, são imprescindíveis para escolha de Itinerários Formativos que conjuguem seus desejos com as possibilidades reais de inserção social e profissional. Compreender o mundo do trabalho se coloca para além da profissionalização juvenil precoce porque objetiva envolver e acompanhar as características, evoluções, transformações, surgimento e diálogo com as novas ocupações e com as novas potencialidades profissionais, oportunizando a realização das escolhas na dinâmica sócio-histórica, ética-política, científico-cultural e econômico-financeira (RIO GRANDE DO SUL, 2022, s/p.).

O objetivo desta disciplina baseia-se nas discussões sobre o trabalho e renda. Ou seja, foca a formação dos estudantes restritamente à lógica do trabalho assalariado, que, como argumentado nos capítulos anteriores, é alienado nas relações de produção do capital. E fica clara esta intenção, pois em todo momento a ementa fala em formação profissional, qualificação, vocação, etc. E no capitalismo de plataforma, inúmeras profissões começam a surgir, como influencers, youtubers, blogueiros, social mídia, vendas online, etc. Grande parte dessas profissões na lógica do uberismo, sem vínculo empregatício ou direitos garantidos, permeadas pela ideologia do empreendedorismo. E este componente curricular também apresenta a preocupação com as “novas ocupações e potencialidades profissionais”.

Apesar do nome da disciplina ser Mundo do Trabalho, a real intenção é potencializar a formação dos estudantes restrita ao mercado de trabalho. Compreender o mundo do trabalho vai além das relações profissionais. Perpassa pelo entendimento da luta de classes e as relações econômicas e de poder, que é o que dita a organização do trabalho hoje. O mundo do trabalho é o mundo dos seres humanos, reduzi-lo apenas às questões mercantis coloca um véu sobre a compreensão de sua totalidade.

Na sequência, a última disciplina analisada é o projeto de vida, que está tanto nos anos finais do ensino fundamental quanto no médio. O primeiro parágrafo da ementa desta prevê:

O componente curricular Projeto de Vida ocupa-se em desenvolver habilidades como cooperação, compreensão e sustentar as compreensões em processo dialógico, domínio das tecnologias, respeito e análise do mundo, desenvolvimento e realização de relações sociais e intelectuais, culturais e científicas, com orientações de professores/as. Vivenciar experiências, pensar o mundo da vida e o mundo do trabalho e projetar o futuro pessoal e contribuições para a sociedade, em diálogo permanente com as perguntas, os questionamentos, dúvidas, angústias, perspectivas e contextos, encontra o protagonismo juvenil e aproxima preferências, respeito e responsabilidade ético-social, descoberta de si, dos/as outros/as e do meio. O desenvolvimento de habilidades reflexivas, profundas e amplas, sobre a identidade e os papéis da juventude na sociedade com condições de planejar eticamente ações, construir atitudes pessoais que contribuam com o desenvolvimento individual e coletivo, a partir da escola, possibilita a formação teórica e prática aliadas ao conhecimento, às vivências, aproximando os/as estudantes ao mundo real e facilita suas escolhas (RIO GRANDE DO SUL, 2022, s/p.).

Já neste primeiro parágrafo, percebe-se como há diálogo entre os três componentes curriculares em relação ao objetivo formativo. O Projeto de Vida, além de focar em domínio de tecnologias como as outras disciplinas, visa a formação à adaptabilidade das relações sociais atuais. Outra questão interessante que aparece no documento, é que este diferencia “mundo da vida” de “mundo do trabalho”. Não há, neste ofício, nenhum conceito desenvolvido sobre “mundo

da vida”. Porém, o mundo do trabalho é o mundo dos seres sociais, ou seja, é o mundo da vida humana. Sendo assim, quando o comunicado da SEDUC diferencia o mundo da vida do trabalho, há uma concepção na qual a vida e o trabalho ocorrem em espaços distintos, dissociados. Isto reforça o argumento a concepção de “mundo do trabalho” desta reforma curricular é restrita, e foca-se apenas á lógica mercantil do trabalho.

Para mais, este componente curricular intenta a formação dos estudantes em três dimensões: 1- pessoal; 2- social; e 3- profissional. Quanto a dimensão pessoal, percebe-se, apesar de comentar sobre relações coletivas, que há um enfoque no indivíduo para desenvolvimento de habilidades que visem a promoção pessoal. Na Social objetiva-se o reconhecimento do sujeito enquanto cidadão e seus papéis para atuação no mundo. E ainda compreende que neste componente curricular o trabalho pedagógico será potencializado por trabalhos em grupos para aprimorar o senso de responsabilidade com o bem comum e o mundo. Mas o que seria este bem comum? De qual mundo estão falando? O documento não elabora estes conceitos, porém, combinado às outras reformas e políticas, pode-se elaborar a crítica de que estes conceitos estão tratando da manutenção da sociedade do capital. E como já argumentado, o mundo do trabalho pelo qual essas políticas trabalham está sustentado em uma visão restrita ao mercado de trabalho.

E por fim, a dimensão profissional segundo o documento está vinculada ao mundo do trabalho, o que reforça a visão restrita que separa o mundo da vida do trabalho. Nesta há a objetivação de desenvolver habilidades e competências que são necessárias para atuação ética para as demandas sociais, projetos pessoais e aspirações dos estudantes. Ao mesmo tempo que prima na formação de um profissional que atue transformando e superando a precariedade do mercado de trabalho. Mais uma vez colocando ao indivíduo a responsabilidade de superação de uma precarização que é causada por toda uma cadeia social na qual a classe dominante impõe suas necessidades para uma força de trabalho que renda cada vez mais lucros. Um projeto que visa a potencialização da atual sociedade que, como argumentado nos capítulos anteriores, retira direitos, intensifica o trabalho. Portanto, nesta lógica do empreendedorismo, esta dimensão acaba balizada por esta ideologia, afastando o estudante da totalidade do que a sociedade é a partir do discurso da culpa ao indivíduo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi argumentado neste texto, no decorrer da história, a organização do trabalho modificou-se de acordo com as demandas produtivas do capital. Com a necessidade de formar novos trabalhadores para atender a esses propósitos, a educação também era modificava para a produção de novas forças de trabalho com características específicas para cada conjuntura do modo de produção capitalista. Como não houve ruptura sistêmica, a lógica continua a mesma. A escola, como “Fábrica da Educação” (ANTUNES e PINTO, 2018), também assume uma forma similar da cadeia produtiva para, em seu meio, já adaptar a nova força de trabalho às demandas produtivas.

No atual contexto do mundo do trabalho, há o uberismo como forma mais fenomênica. O capitalismo das plataformas digitais combinado a uma retirada de direitos que se assemelha ao capitalismo de protoforma (ANTUNES, 2018). Neste caso em específico, trabalhadores que,

devido ao desemprego estrutural, submetem-se a trabalhos sem garantias, direitos ou vínculos empregatícios. Esta realidade impõe ao trabalhador saber lidar com as novas tecnologias de informação e comunicação e planejar sua vida financeira, pessoal e profissional, pois há um foco na competência do indivíduo na lógica do empreendedorismo. Características do toyotismo permanecem e são potencializadas, como o investimento em trabalho morto⁴, polivalência e flexibilidade dos sujeitos por exemplo.

As políticas públicas educacionais, hegemonicamente, vêm contribuindo para garantir a formação de força de trabalho necessária às demandas históricas do capital, inclusive na contemporaneidade. E, com este estudo, foi possível observar estas características nas políticas que estão estruturando o novo ensino médio gaúcho. Centrado no discurso do empreendedorismo, esta reforma adapta as escolas da Rede Estadual da Educação do Estado do Rio Grande do Sul a atual face do capitalismo de plataforma. As parcerias com empresas como Google for Education e o uso de suas plataformas, infelizmente, não tem o foco de facilitar a vida dos seres humanos em relação de produção do conhecimento. Mas sim, de adaptar a realidade escolar à esta atualidade em voga e formar as novas forças de trabalho para as novas demandas do capital.

A mudança da matriz curricular do ensino médio do Estado, abriu possibilidades para flexibilizar, intensificar e precarizar o trabalho pedagógico dos professores com redução da carga horária dos componentes curriculares. Além, de criarem novos componentes curriculares, que possuem contradições. Ao mesmo tempo que primam por emancipação, formação crítica, etc. Balizam-se pelo discurso ideológico hegemônico da atualidade, principalmente o do empreendedorismo. Focam no indivíduo, fragmentam a visão de sociedade, afastam o estudante da compreensão da realidade vigente, distorcem a totalidade do mundo do trabalho o reduzindo às questões de mercado, a partir de um discurso de individualização do sujeito.

Sendo assim, percebe-se que Taffarel & Beltrão (2019) estavam corretos ao afirmarem que este novo ensino médio, e na especificidade de análise deste estudo o foco foi no gaúcho, combinado a BNCC, adapta a educação ao atual contexto do capital no qual destrói forças produtivas. Isso ocorre pois, houve uma redução da formação básica comum, flexibilizou-se a oferta de ensino, possibilitando parte do ensino médio noturno híbrido. e implementaram uma especialização precoce com os itinerários formativos.

Por isso, pode-se afirmar nesta reforma educacional de Leite o conhecimento produzido pelo trabalho pedagógico agrega ao seu produto final características necessárias para a força de trabalho adaptar-se ao capitalismo de plataforma, uberizado, flexível, polivalente, adaptável, etc. Portanto, o atual contexto do mundo do trabalho com as políticas do atual Governo do Estado do RS, concretiza a “Fábrica da Educação” com as forças de trabalho altamente adaptáveis às constantes mudanças do capital em sua crise estrutural. Este projeto educacional estadual é mais um que segue a receita de adaptabilidade às demandas do capital que coloca às necessidades dos trabalhadores à mercê das demandas do sistema metabólico e social do capital, potencializando a realidade desigual da ordem vigente.

⁴ As novas tecnologias de informação e comunicação também podem ser consideradas trabalho morto.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Coronavírus: o trabalho sobre fogo cruzado – [e-book] – 1.ed. – São Paulo: Boitempo, 2020.

_____. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital – 1.ed. – São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. Ricardo Antunes: Trabalho intermitente e o trabalhador hoje no Brasil. – YouTube, 1 vídeo (57:07min.), 30 de abr. 2019. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=UMYovnOhk_A> Acesso em: 11 mai. 2022.

_____. Trabalho uberizado e capitalismo virótico: entrevista com Ricardo Antunes. - Digilabour, 2020. Disponível em: <<https://digilabour.com.br/2020/06/14/trabalho-uberizado-e-capitalismo-virotico-entrevista-com-ricardo-antunes/>> Acesso em: 22 out. 2020.

ANTUNES, Ricardo; e PINTO, Geraldo. A fábrica da educação [livro eletrônico]: da especialização taylorista à flexibilização Toyotista -- São Paulo: Cortez, 2018.

CECHINEL, A.; FONTANA, S.; GIUSTINA, K.; PEREIRA, A.; PRADO S. Estudo/análise documental: uma revisão teórica metodológica. – Criar Educação, revista do Programa de Pós-graduação em Educação da UNESC, Criciúma, v.5, nº1, janeiro/junho 2016.

ENGELS, Friederich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: Antunes, R. (org.) A dialética do Trabalho. – São Paulo: Expressão Popular, 2004.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política: Livro I. - 26. ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital: rumo a uma teoria de transição. – Tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. – 1.ed. revista. – São Paulo: Boitempo, 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Base Nacional Comum Curricular. Brasil, 2018.

PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. – Cadernos de Pesquisa, n.114, p. 179-195, novembro/2001.

RIO GRANDE DO SUL, Secretaria Estadual da Educação. Ofício GAB/DP/SEDUC Nº 35/2022. Porto Alegre: SEDUC, 2022.

RIO GRANDE DO SUL, Secretaria Estadual da Educação. Referencial curricular gaúcho do Ensino Médio. Porto Alegre: SEDUC, 2021.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação - v.12, n 34, 2007.

TAFFAREL, C.; e BELTRÃO, A. Destruição de forças produtivas e o rebaixamento da formação da classe trabalhadora: o caso da reforma e da BNCC do ensino médio - Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 11, n. 1, p. 103-115, abr. 2019.

TARLAU, R.; e MOELLER, K. O consenso por filantropia: Como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil. - Currículo sem Fronteiras, v. 20, n. 2, p. 553-603, maio/ago. 2020.